

## BOLETIM 1447

Brasília (DF), 17 de abril de 2026



## TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO PARTICIPAM DA MARCHA DA CONCLAT EM BRASÍLIA

Milhares de trabalhadores e trabalhadoras realizaram nesta quarta-feira (15), em Brasília, a Marcha da Classe Trabalhadora, com o objetivo de defender importantes reivindicações que foram apresentadas ao presidente Lula e aos presidentes das duas casas do Congresso Nacional, destacando-se a luta pelo fim da Jornada 6X1, com redução para 40 horas semanais sem redução de salário, além do fortalecimento do emprego, da renda e dos direitos sociais.

O presidente da CONTRICOM e da FETRACONSPAR, Reinaldim Barboza Pereira, acompanhado de uma expressiva delegação da federação, ao lado de outros dirigentes da Confederação e da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), participou da marcha que culminou com um grande ato em frente ao Congresso Nacional (*fotos*).



Segundo o dirigente, “valeu o esforço e o movimento foi muito vitorioso, significando o resgate das mobilizações dos trabalhadores e das trabalhadoras que são fundamentais para a defesa dos direitos, o resgate das conquistas perdidas e, nesse momento, em especial, a luta pela redução da jornada. Parabéns a todos os trabalhadores e entidades, especialmente aquelas que representamos da construção, do mobiliário e de outras categorias que participaram ativamente desse momento histórico”.

**ENCONTRO COM LULA** - No encontro com as centrais sindicais no Palácio do Planalto, após a realização da Marcha, o presidente Lula reforçou a importância da mobilização dos trabalhadores para a aprovação do Projeto de Lei sobre o fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho, enviado pelo governo em regime de urgência ao Congresso, na terça-feira.

“A pressão sobre o Congresso será decisiva, a luta começa agora” para transformar propostas em direitos, ressaltou o presidente Lula.

No encontro, que reuniu as principais lideranças sindicais do país, além de ministros e parlamentares, e fez parte da mobilização das centrais que ocupou Brasília durante todo dia de ontem (15) com a Conferência Nacional da Classe



Trabalhadora (Conclat) e a Marcha da Classe Trabalhadora, os representantes das centrais entregaram ao presidente a Pauta da Classe Trabalhadora, com 68 reivindicações para os próximos cinco anos.

**REIVINDICAÇÕES** - Entre as principais demandas estão, além do fim da escala 6x1, com redução da jornada de trabalho para, no máximo, 40 horas semanais sem redução salarial, as centrais querem a queda imediata dos juros e geração de empregos decentes com desenvolvimento produtivo, valorização do salário, fortalecimento e autorregulação dos sindicatos; regulamentação do trabalho em plataformas digitais, o combate à pejetização e a luta contra o feminicídio.

“Cada vez que a gente manda uma coisa para aprovar no Congresso, vocês têm que saber que vocês têm que ajudar. Nós conseguimos coisas importantes. Nós conseguimos uma política tributária que a gente não conseguia há 40 anos, a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil. E a gente pode conseguir mais, se a gente tiver mais gente comprometida com vocês”, afirmou Lula. Lula também defendeu autonomia das categorias para decidir formas de contribuição sindical. “Sem dinheiro, o sindicato não consegue se organizar, não consegue fazer protesto”, afirmou.

O presidente também criticou as reformas trabalhista, de 2017, e da Previdência, em 2019, e outras reformas ocorridas nos governos Temer e Bolsonaro, que ele considera retrocessos para a classe trabalhadora:

“A reforma trabalhista precarizou a Previdência. Sem renda, ganhando às vezes menos que o salário mínimo, o trabalhador não conseguiu sequer contribuir. Em 2019, foi a reforma da Previdência. Na prática, acabou com a aposentadoria por tempo de contribuição. Homens têm que trabalhar até 65 anos e mulheres, até 62 anos. Quem quiser se aposentar com o salário integral, tem de contribuir, no mínimo, por 40 anos”, disse.

**RELAÇÃO COM OS TRABALHADORES** - Ao receber o documento com a pauta de reivindicações da classe, Lula disse que “não é pouca coisa, em qualquer país do mundo, o presidente da República ter a sensibilidade, o compromisso de classe de sentar com os dirigentes sindicais e tratá-los de companheiros e ser tratado de companheiro”.

O vice-presidente Geraldo Alckmin salientou a relação entre sindicalismo e democracia. “Não há democracia sem presença sindical. E não há presença sindical sem democracia”.

Já o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou em sua fala a precarização das relações de trabalho com a chamada pejetização. “A pejetização leva a um processo de desestruturação das relações de trabalho do país, destruindo o fundo de garantia, fragilizando a previdência social”, afirmou.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Pesquisa revela que brasileiro prefere emprego com carteira assinada

Apesar do barulho das redes sociais, o emprego com carteira assinada continua sendo a prioridade dos brasileiros ao buscar uma vaga. Segundo pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o modelo formal, regido pela CLT, foi apontado como o mais atrativo por mais de um terço dos trabalhadores que procuraram emprego recentemente.

De acordo com o estudo, o acesso a direitos trabalhistas e à Previdência Social continua sendo um diferencial relevante, mesmo com o avanço de novas formas de trabalho.

“Embora novas modalidades de trabalho estejam crescendo, como aquelas vinculadas a plataformas digitais, o trabalhador ainda valoriza o acesso a direitos trabalhistas, estabilidade e proteção social, que continuam, portanto, sendo um diferencial relevante mesmo em contexto de maior flexibilização das relações de trabalho”, diz Claudia Perdigão, especialista da CNI.

### Principais números da pesquisa

- . 36,3% preferem emprego com carteira assinada (CLT);
- . 18,7% apontam o trabalho autônomo como melhor opção;
- . 12,3% consideram o emprego informal mais atrativo;
- . 10,3% têm interesse em trabalho por plataformas digitais;
- . 9,3% preferem abrir o próprio negócio;
- . 6,6% optam por atuar como pessoa jurídica (PJ);
- . 20% não encontraram oportunidades atrativas.

**Preferência entre jovens** - Entre os jovens, a escolha pelo emprego formal é ainda mais forte,

refletindo a busca por segurança no início da carreira.

- . 41,4% dos trabalhadores de 25 a 34 anos preferem CLT;
- . 38,1% dos jovens de 16 a 24 anos também priorizam o modelo.

Segundo Claudia Perdigão, o emprego formal traz mais segurança para os jovens, que procuram maior estabilidade no início da carreira profissional.

**Renda complementar** - O trabalho por meio de plataformas digitais, como motorista ou entregador de empresas de aplicativo, é visto majoritariamente como complemento de renda. Segundo o levantamento, apenas 30% consideram essa atividade como principal fonte de sustento.

**Alta satisfação** - A pesquisa também aponta elevado nível de satisfação no mercado de trabalho, o que ajuda a explicar a baixa busca por novas oportunidades.

- . 95% estão satisfeitos com o emprego atual;
- . 70% se dizem muito satisfeitos;
- . 4,6% estão insatisfeitos;
- . 1,6% muito insatisfeitos.

### A mobilidade no mercado é limitada:

- . 20% buscaram outro emprego recentemente;
- . 35% dos jovens (16 a 24 anos) procuraram nova vaga;
- . 6% dos trabalhadores com mais de 60 anos fizeram o mesmo.

### O tempo no emprego também influencia:

- . 36,7% com menos de um ano no trabalho buscaram nova vaga;
- . 9% com mais de cinco anos na mesma função fizeram o mesmo.

Realizado pelo Instituto Nexus, em parceria com a CNI, o levantamento ouviu 2.008 pessoas com **16 anos ou mais em todo o país. A pesquisa foi realizada de 10 a 15 de outubro de 2025, mas só foi divulgada agora.**

Fonte: Agência Brasil



## **Motta diz que há vontade política de aprovar o fim da escala 6x1**

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) **(foto)**, afirmou que há uma vontade política do Parlamento para aprovar o fim da escala de trabalho 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso). Ele reforçou que é preciso responsabilidade, mas que não adianta ficar contra a matéria apenas por ficar contra.

“Não há compromisso em retardar essa medida, que vai trazer avanços para o país. Quem acha que a Câmara vai segurar a discussão e a votação da matéria está equivocado”, afirmou ele, em entrevista ao SBT News.

Antes, em entrevista coletiva, ele afirmou que o envio, pelo governo, do projeto de lei que reduz a jornada de trabalho e estabelece o fim da escala 6x1 não muda o cronograma estabelecido por ele em relação à proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do mesmo tema.

Motta reforçou que é prerrogativa do presidente da República o envio de um projeto de lei com urgência constitucional, mas que também é prerrogativa da Presidência da Câmara definir a tramitação de qualquer proposição na Casa. Ele

disse que o envio do texto não afeta a relação com o Poder Executivo, já que os Poderes são independentes e harmônicos.

“Vamos continuar com a tramitação da PEC, porque com a PEC temos um espaço maior de discussão, para ouvir a todos que serão impactados por essa mudança. O avanço que vamos dar à classe trabalhadora com um tempo a mais para a saúde, para o lazer e para a sua família, acreditando que isso melhorará a produtividade, e vamos fazer isso de forma responsável”, afirmou.

Fonte: Agência Câmara

### **Patronato pressiona pra manter jornada**

A Confederação Nacional da Indústria divulgou estudo que projeta queda de 0,7% no PIB, equivalente a R\$ 76,9 bilhões, caso a escala 6x1 seja abolida. O estudo da CNI é alarmista, visando barrar a medida no Congresso.

**Jornada** – A questão da jornada ou escala de trabalho movimentou órgãos de classe e entidades de pesquisa. Em fevereiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou análise com indicadores alusivos à alteração na jornada dos brasileiros.

Para o Ipea, o impacto direto da redução pra 40 horas é inferior a 1% do custo operacional da indústria e comércio. Tais setores empregam mais de 13 milhões de pessoas. A diferença entre a queda de 1,2% no PIB industrial projetada pela CNI e o impacto menor que 1% nos custos, segundo o Ipea, explicita as divergências entre capital e trabalho.

**Método** – A CNI utiliza o modelo de Equilíbrio Geral Computável, assumindo repasse integral de custos e ausência de ganhos de eficiência, projetando resultados negativos. O Ipea reconhece maior custo da hora trabalhada, mas considera que a empresa pode alcançar mais produtividade, com métodos modernos de gestão.



## O PL de Lula e quem lucra com a exaustão do trabalhador?

**Resistência à jornada de 40 horas e ao fim da escala 6x1 revela pacto conservador entre elites empresariais e maioria do Congresso para manter privilégios à custa do tempo de vida dos trabalhadores.**

Marcos Verlaïne\*

Há algo de profundamente revelador — e igualmente revoltante — na reação de setores empresariais e de parcelas expressivas do Congresso Nacional à proposta de redução da jornada para 40 horas semanais e substituição da escala 6x1 pelo modelo 5x2.

Não se trata apenas de divergência técnica ou cautela econômica. O que está em jogo é a defesa explícita de modelo de exploração intensiva do trabalho, sustentado por aliança histórica entre o capital e a política conservadora e neoliberal.

A decisão do governo de acelerar a tramitação por meio de projeto de lei em regime de urgência expõe, sem filtros, quem está de cada lado.

De um lado, trabalhadores que reivindicam o mínimo civilizatório: tempo de descanso, convivência familiar e dignidade. Do outro, bloco conservador e neoliberal, que insiste em tratar o tempo humano como variável descartável da planilha de custos.

**CANTILENA DO MEDO** - A grita empresarial, capitaneada por entidades como a CNI, repete roteiro conhecido: quase preguiçoso. Fala-se em colapso econômico, perda de competitividade, risco ao crescimento.

É o mesmo discurso que ecoou contra a jornada de 44 horas, contra o 13º salário, contra as férias remuneradas. Contra a escravidão. Repertório este que a história já desmentiu reiteradas vezes. O

que se vende como “preocupação com a economia” nada mais é do que resistência à redistribuição de ganhos e à modernização das relações de trabalho.

A verdade incômoda é que parte do empresariado brasileiro ainda opera sob lógica arcaica: lucrar mais exigindo mais horas, e não produzindo melhor. Em vez de investir em tecnologia, gestão e produtividade, aposta-se na compressão do tempo de vida do trabalhador. É mais fácil explorar à exaustão do que inovar.

**CONGRESSO COMO TRAVA** - No Congresso, o cenário não é menos desolador. A resistência à proposta escancara a atuação de maioria informal comprometida com interesses patronais. Sob os eufemismos de “flexibilização” e “modernização”, parlamentares atuam para manter intacta a estrutura que penaliza justamente quem sustenta a economia real.

Não é coincidência que propostas semelhantes — como as PEC que tratam da redução da jornada — tenham sido sistematicamente engavetadas ou desidratadas.

Há bloqueio político deliberado, operado por coalizão que vai do Centrão (direita) à extrema-direita, sempre sob o olhar complacente — quando não incentivador — das confederações empresariais.

Esse bloqueio não é neutro. Tem lado. E esse lado é o da manutenção de privilégios.

**FARSA DA “MODERNIZAÇÃO”** - Os argumentos contrários à mudança ignoram, de forma conveniente, evidências internacionais e experiências concretas que apontam para ganhos de produtividade, melhora na saúde dos trabalhadores e até impactos positivos no emprego com a redução da jornada.

Ignoram também o ponto elementar: trabalhar menos não é luxo, é condição para viver melhor.

A defesa da escala 6x1, nesse contexto, beira o cinismo. Trata-se de modelo que compromete a



saúde física e mental, destrói rotinas familiares e limita qualquer possibilidade de vida além do trabalho. Mantê-lo é, na prática, naturalizar a exaustão como norma.

**HORA DA EXPOSIÇÃO** - Ao forçar o debate via projeto de lei com urgência, o governo acerta ao expor o Congresso à luz do dia. Não haverá mais espaço para manobras silenciosas ou obstruções disfarçadas.

Cada parlamentar terá que dizer, publicamente, de que lado está: do lado de quem trabalha ou do lado de quem lucra com jornadas extenuantes.

No fim das contas, o que está em disputa não é apenas mudança na legislação trabalhista. É o próprio modelo de sociedade. Uma sociedade que aceita jornadas longas e descanso mínimo como regra é uma sociedade que normaliza desigualdades profundas, como é a norma brasileira.

A resistência à redução da jornada e ao fim da escala 6x1 não é técnica. É ideológica. E, sobretudo, é escolha política: manter o Brasil preso ao passado onde o tempo do trabalhador vale menos do que o lucro de poucos. Muito poucos.

(\*) Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP

Fonte: Diap

## Mercado eleva previsão de inflação para 4,71%, acima da meta

Os analistas do mercado financeiro voltaram a elevar a projeção para a inflação deste ano, segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central. A mediana das estimativas para o IPCA de 2026 subiu de 4,36% para 4,71%, na quinta alta semanal consecutiva, e ficou acima do teto da meta de inflação. Ao mesmo tempo, as previsões para o crescimento da economia e para a taxa básica de juros foram mantidas, enquanto a expectativa para o dólar recuou levemente.

O relatório com data de 10 de abril mostra que a expectativa para o IPCA vinha de 4,10% há quatro semanas, passou para 4,36% na semana passada e agora chegou a 4,71%. Para 2027, a projeção também avançou, de 3,85% para 3,91%, no terceiro aumento seguido. Já para 2028, a estimativa foi mantida em 3,60%, enquanto a de 2029 permaneceu em 3,50% pela 32ª semana consecutiva.

A piora nas expectativas ocorre em um momento de pressão sobre os preços, especialmente após a aceleração recente da inflação e a alta do petróleo no mercado internacional. O movimento é atribuído por analistas ao encarecimento dos combustíveis e dos alimentos, num cenário também influenciado pelas tensões geopolíticas envolvendo o Irã.

Além da inflação cheia, o Focus mostrou alta nas projeções de curto prazo. A mediana para o IPCA de abril passou de 0,48% para 0,50%, enquanto a estimativa para maio subiu de 0,31% para 0,32%. Para junho, a projeção foi mantida em 0,28%. Já a inflação suavizada em 12 meses recuou de 4,09% para 4,05%.

Fonte: Congresso em Foco



## Governo propõe projeto com salário mínimo de R\$ 1.717 mil em 2027

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional nesta quarta-feira (15) o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027 com previsão de salário mínimo de R\$ 1.717,00 a partir de janeiro. O valor representa aumento nominal de R\$ 96,00 em relação ao piso atual, de R\$ 1.621,00, consolidando a alta de 5,92%.

A estimativa integra as projeções fiscais apresentadas pela equipe econômica do governo, e ainda pode ser revista ao longo da tramitação do Orçamento. O valor definitivo do mínimo será fixado apenas no fim deste ano, após a consolidação da inflação medida até novembro.

O cálculo do reajuste considera a inflação acumulada pelo INPC no período de 12 meses encerrado em novembro, projetada em 3,06%, somada ao crescimento da economia nos dois anos anteriores. Esse ganho está sujeito ao limite estabelecido pelo arcabouço fiscal, que restringe o aumento das despesas a no máximo 2,5% acima da inflação.

Além da estimativa para 2027, o projeto antecipa projeções preliminares para os anos seguintes. O governo trabalha com valores de R\$ 1.812 em 2028, R\$ 1.913 em 2029 e R\$ 2.020 em 2030, números que deverão ser atualizados nas próximas propostas orçamentárias.

O salário mínimo tem impacto direto sobre despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões e benefícios sociais. Com isso, o ritmo de crescimento deve acompanhar outros indicadores econômicos para assegurar com que a expansão de gastos esteja de acordo com as regras fiscais vigentes.

O aumento anual do salário mínimo acima do cálculo da inflação foi uma das principais promessas de campanha do presidente Lula nas eleições de 2022. Em 2023, o piso aumentou de R\$ 1.302,00 para R\$ 1.320,00. Em 2024, subiu para R\$1.412,00 e R\$ 1.518,00 em 2025. Com isso, a valorização salarial acumulada até o momento foi de R\$ 319,00.

*Fonte: Congresso em Foco*

### Cesta básica fica mais cara em todas as capitais brasileiras em março

No mês de março, a cesta básica ficou mais cara em todas as capitais brasileiras e também no Distrito Federal.

Segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, levantamento que é divulgado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) junto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a principal elevação ocorreu em Manaus, onde o custo médio variou 7,42%, seguida por Salvador (7,15%), Recife (6,97%), Maceió (6,76%), Belo Horizonte (6,44%) e Aracaju (6,32%).

No acumulado de 2026, todas as capitais registraram alta nos preços da cesta básica, com taxas que oscilaram entre 0,77%, em São Luís, e 10,93%, em Aracaju.

Um dos principais responsáveis pelo aumento no custo da cesta no mês passado foi o feijão, que subiu em todas as cidades analisadas. O grão preto, por exemplo, subiu nas capitais do sul do país, além do Rio de Janeiro e Vitória, com percentuais que variaram entre 1,68% (Curitiba) e 7,17% (Florianópolis). Já o grão carioca, coletado nas demais capitais, variou entre 1,86% (Macapá) e 21,48% (Belém). Segundo a pesquisa, essa alta no feijão ocorreu por causa da restrição da oferta, já que houve dificuldades na colheita.



## Governo vai liberar R\$ 7 bilhões do FGTS para reduzir dívidas das famílias, diz ministro do Trabalho

O governo Lula prepara a liberação de cerca de R\$ 7 bilhões do FGTS como parte de um conjunto de medidas voltadas à redução do endividamento das famílias brasileiras. A iniciativa busca ampliar as condições de renegociação de dívidas e reorganização financeira, especialmente entre trabalhadores de menor renda, destaca reportagem do jornal Valor Econômico.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que o montante corresponde a valores residuais de liberações anteriores do FGTS que não foram integralmente pagos aos trabalhadores. Segundo ele, a medida integra um pacote mais amplo coordenado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em entrevista ao programa Alô Alô Brasil, da Rádio Nacional, Marinho explicou que o objetivo central das ações é criar condições mais favoráveis para a redução do endividamento das famílias. “Nós estamos trabalhando essa lógica de buscar criar condições de redução desse endividamento”, afirmou.

## Com troca na presidência, Lula tenta reduzir filas do INSS

A troca no comando do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi definida pelo governo Lula como uma tentativa de enfrentar o crescimento das filas e melhorar o atendimento aos beneficiários, após um período marcado por crise institucional e pressão política. As informações são do G1.

A decisão foi tomada em meio à avaliação de que o governo enfrenta desgaste simultâneo com o escândalo de fraudes em benefícios previdenciários e a demora na análise de pedidos no órgão.

Internamente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera que o agora ex-presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, teve papel relevante ao assumir a autarquia em um momento crítico, logo após a revelação de um esquema bilionário de desvios envolvendo aposentadorias e pensões. Ainda assim, a percepção no Palácio do Planalto é de que ele não conseguiu avançar na redução das filas, um dos principais desafios da gestão.

A substituição foi defendida pelo ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, nos últimos dias. A avaliação é de que o comando do INSS precisa de alguém com maior familiaridade com a área para acelerar processos e melhorar a prestação de serviços.

Para assumir a presidência do instituto, o governo escolheu Ana Cristina Viana Silveira, considerada nos bastidores como uma gestora com experiência voltada à modernização e à agilização dos serviços. A expectativa é de que sua atuação contribua diretamente para diminuir o tempo de espera enfrentado por aposentados e pensionistas.

Gilberto Waller Júnior havia sido nomeado em 30 de abril do ano passado, poucos dias após a Polícia Federal deflagrar uma operação que revelou um esquema de descontos irregulares aplicados sobre benefícios previdenciários.

## “Lista Suja” do trabalho análogo à escravidão tem 169 novos empregadores

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou, no dia 6 de abril, a atualização do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como “Lista Suja”.

A nova versão inclui 169 empregadores, sendo 102 pessoas físicas e 67 pessoas jurídicas, um aumento de 6,28% em relação à atualização anterior. Com essa atualização, a lista passa a conter um total de 613 empregadores. Ressalta-se ainda que, após a inserção no Cadastro, o nome de cada empregador permanece publicado pelo período de dois anos, razão pela qual, nesta atualização, foram excluídos 225 nomes que completaram esse tempo de publicação.

As atividades com maior número de inclusões nesta edição foram: serviços domésticos (23); criação de bovinos para corte (18); cultivo de café (12); construção de edifícios (10); e serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (6).

No total, os novos casos incluídos no cadastro resultaram no resgate de 2.247 trabalhadores em situações de exploração e de trabalho análogo à escravidão.

Os casos incluídos nesta atualização ocorreram entre 2020 e 2025, em 21 unidades da Federação: Minas Gerais (35); São Paulo (20); Bahia (17); Paraíba (17); Pernambuco (13); Goiás (10); Mato Grosso do Sul (10); Rio Grande do Sul (9); Mato Grosso (7); Paraná (6); Pará (5); Santa Catarina (4); Maranhão (4); Acre (2); Distrito Federal (2); Espírito Santo (2); Rio de Janeiro (2); Amazonas (1); Ceará (1); Rondônia (1); Sergipe (1).

## STF com maioria para invalidar lei que proíbe cotas raciais em Santa Catarina

Ainda que os estados tenham competência para estabelecer regras sobre cotas e outras ações afirmativas na administração pública, uma proibição não pode se basear na suposta violação à isonomia, pois essa tese já foi rechaçada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e por compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Com esse entendimento, o Plenário do STF formou maioria, nesta quinta-feira (16/4), para declarar a inconstitucionalidade da lei catarinense que proíbe cotas raciais em universidades e concursos públicos estaduais.

A sessão virtual terminará oficialmente às 23h59 desta sexta (17/4). Atualmente, a norma está suspensa por decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

*Fonte: Consultor Jurídico*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**REINALDIM BARBOZA PEREIRA**

Secretário Geral

**EVILÁSIO DE DEUS LOPES**

Secretário de Finanças

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO**